

BOLETIM SEAP

SECRETARIA DE APOIO PERICIAL

GESTÃO E CONVÊNIOS

EDIÇÃO Nº7 | 2017



Edição nº 7 – Brasília, Setembro de 2017

Chegamos ao sétimo e derradeiro boletim da série informativa da Secretaria de Apoio Pericial, voltando nosso olhar para a gestão administrativa da unidade e a para a incipiente atuação da Assessoria de Convênios e Requisições.

A criação da Seap é fruto do Projeto de Modernização dos Gabinetes que, satisfazendo o anseio, tanto de membros quanto de peritos, objetivou implementar um modelo de Perícia que centralizasse a gestão dos serviços técnicos não jurídicos no País, mantendo, contudo, a atuação descentralizada dos peritos nas unidades.



Foto: Antonio Augusto/Secom/PGR

O antigo modelo de organização da atividade pericial foi analisado por um grupo de trabalho que envolveu todas as Câmaras, a PFDC e a Secretaria de Pesquisa e Análise, e submetido a um amplo benchmarking interinstitucional que abrangeu os maiores Ministérios Públicos Estaduais, a Polícia Federal e o Banco Central.

Com base no relatório final e demais informações extraídas do então recém implantado Sistema Pericial Nacional (2014), a consultoria PwC propôs um modelo condizente com a realidade institucional do MPF que foi posteriormente aprovado pelo Comitê de Gestão Estratégica do MPF e implementado tal como hoje se apresenta.

Atualmente, em termos de eficiência de gestão, a Seap se destaca em relação ao número de peritos, volume de demandas atendidas e alcance territorial (peritos lotados em 34 cidades no País), o que só é possível graças às ferramentas do Sistema Pericial, que permitem a solicitação de demandas, o gerenciamento da perícia, o acompanhamento do cronograma de atendimentos, a emissão de relatórios, e a instituição de uma base de conhecimento, tudo gerenciado por um único software.

Satisfeitas algumas metas, como a melhor distribuição de equipamentos, organização do fluxo de trabalho, e adoção de planos de capacitação, nosso desafio para o futuro consiste em incrementar os laços colaborativos com órgãos e instituições públicas e privadas e em ultrapassar os diagnósticos meramente quantitativos e realizar levantamentos qualitativos que tragam resultados mais efetivos na atuação do MPF, tais como os que envolvem o dimensionamento da força de trabalho.

Sobre os novos desafios, foram quinze acordos de cooperação técnica com outras instituições firmados só no primeiro semestre de 2017, também foi realizado estudo qualitativo das demandas envolvendo a Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais que atualmente subsidia a atuação da 6ª CCR em seu intento de definição de prioridades de atuação antropológica em todo o País. Relatório de igual teor também foi enviado para a 3ª CCR para contribuir em eventuais estudos daquela Câmara.

No mais, esperamos que os boletins pretéritos tenham auxiliado na divulgação dos serviços prestados pela Secretaria de Apoio Pericial e desejamos semelhante disposição de leitura para este último informativo!!!



Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR

ELIZABETH MITIKO KOBAYASHI
Procuradora Regional da República
Secretária de Apoio Pericial

FERNANDO LACERDA DIAS
Procurador da República
Secretário de Apoio Pericial
Substituto

Convênios contribuem para aprimoramento do trabalho pericial

Desde sua criação, em 2015, por intermédio da Assessoria de Convênios e Requisições, atualmente chefiada pela Assessora Natália Angelica Chaves Cardoso, a Seap firmou uma série de parcerias com outras instituições, no intuito de aprimorar o trabalho dos peritos em apoio aos membros do MPF. Termos de cooperação técnica firmados com os Ministérios Públicos Estaduais permitiram a criação do Banco Nacional de Peritos e o compartilhamento de conhecimento técnico produzido. Confira abaixo as parcerias firmadas pela Secretaria:

1) **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB:** desenvolvimento de trabalhos técnicos, pesquisas e extensão, consultorias, além de aulas e visitas técnicas;

2) **Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap:** acesso ao sistema eletrônico corporativo visualizador de dados espaciais de geoprocessamento (Terrageo);

3) **Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS:** acesso ao Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e extensão recíproca de cursos de capacitação e de desenvolvimento profissional;

4) **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA/MMA:** Acesso às imagens de satélite RapidEye;

5) **Ministérios Públicos Estaduais:** estabelecer parcerias institucionais para promover a qualidade do conhecimento produzido em assuntos técnico-científicos e ampliar as áreas de conhecimento científico disponíveis, formando, futuramente, um banco de dados para melhor aproveitamento do conhecimento técnico. Até o momento, 11 instituições firmaram termo de cooperação técnica, a saber:

Instituições
partícipes
em convênios
com a Seap

MP/SP
MP/MA
MP/PI
MP/SC
MP/RJ
MP/MG
MP/AC
MP/AP
MP/DF
MP/TO
MP/RR
MP/AL

Entenda como foram construídas as parcerias com a Seap



Outubro de 2016 - Apresentação dos convênios na Reunião ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, em Fortaleza-CE. Considerado o pontapé inicial das atividades de convênio, durante o evento a Seap divulgou a proposta de Termo de Cooperação Técnica em assuntos de perícia aos Ministérios Públicos Estaduais e demais ramos do MPU, entregando minuta a todos os Procuradores-Gerais lá reunidos.

Julho de 2017 - Lançamento do Cadastro Nacional de Peritos no Conselho Nacional do Ministério Público e divulgação de informativo para acesso ao referido cadastro. Durante a atividade o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, firmou termo de cooperação técnica submetido pela Seap aos Ministérios Públicos do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina, e também com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.



**ENCONTRO DE
COORDENADORES
DE PERÍCIA**
DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

23/8

9h - 16h
AUDITÓRIO DO CONSELHO SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MPF
Ministério Público Federal

Agosto de 2017 - 1º Encontro de Coordenadores de Perícia do MP Brasileiro, ocorrido no Auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que contou com a participação de quinze instituições diferentes do País, sendo discutidos os seguintes temas: Cadastro Nacional de Peritos, Metodologia de atuação nos trabalhos de georreferenciamento, desocupação da APP da orla do Lago Paranoá, Sistema de Cálculos do MPF, Gestão Informatizada e a importância da tecnologia na área de perícia, limites e padronização dos setores de perícia do MP Brasileiro.

Olhar para o futuro

A Seap também visitou a Central de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em agosto de 2017, com o objetivo de conhecer a ferramenta de metadados utilizadas por ele. O objetivo é utilizar o conhecimento técnico da instituição, para a futura criação de um banco de um cadastro único de pareceres acessível a todo o MPF e Ministérios Públicos Estaduais, que permita o efetivo compartilhamento informacional.

Quantidade de tratativas em andamento para assinatura de convênios	
Microsoft	Acesso ao Centro de Transparência
Ibape Nacional	Parâmetros de honorários periciais
Universidade Integrada do Alto Paraguai	Despejo de efluentes não tratados
Universidade Federal de Sergipe	Arqueologia e Direitos Humanos
MP/ES MP/GO MPT MP/RS MP/MT MP/PE MP/AL	Parceria institucional

Cadastro Nacional de Peritos reúne dados de profissionais do MP brasileiro

Banco de dados garante melhor aproveitamento do conhecimento científico não jurídico produzido pelos peritos das diferentes unidades do MP

Desde julho, o Ministério Público Brasileiro conta com o Cadastro Nacional de Peritos. A ferramenta coordenada e administrada pela Seap reúne dados relativos à especialidade e à área de atuação dos peritos do Ministério Público brasileiro. Atualmente a ferramenta reúne dados de 669 profissionais de 26 estados.

O Cadastro foi lançado em 4 de julho, no plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na ocasião, foram assinados termos de cooperação com três Ministérios Públicos Estaduais e com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que passaram a integrar o banco de dados.

Assista ao vídeo sobre o lançamento do Cadastro Nacional de Peritos



O banco vai garantir o melhor aproveitamento do conhecimento científico não jurídico produzido pelos peritos nas diferentes unidades do MP brasileiro, podendo até oferecer eventualmente aos membros serviços técnicos nas especialidades disponíveis nos quadros das outras instituições.

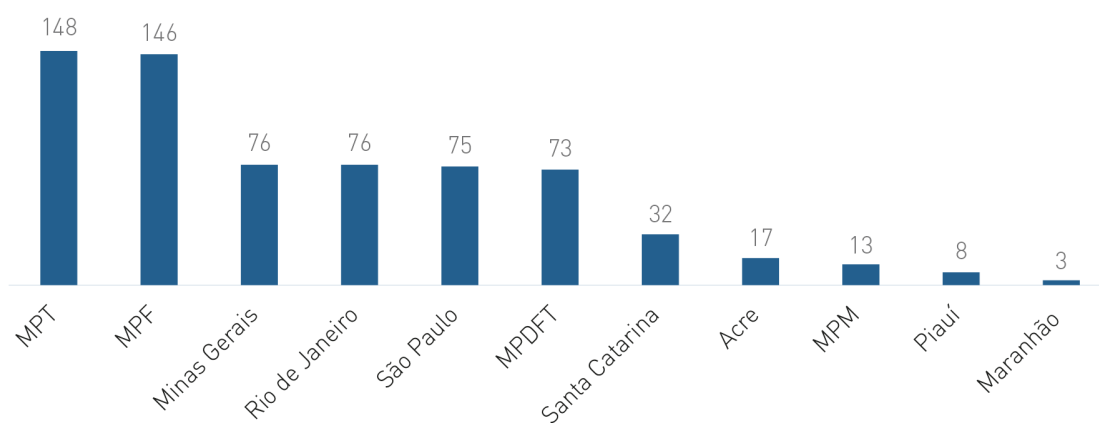
Importância do cadastro - Segundo a secretária de apoio pericial do MPF, Elizabeth Kobayashi, o cadastro será alimentado pelo MPF, mas todos os Ministérios Públicos que aderirem ao convênio terão acesso às informações por meio do MPF-Drive, utilizando login e senha. Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o Cadastro Nacional de Peritos

robustece a identidade do Ministério Público brasileiro, cumprindo o objetivo de “fortalecer a atuação integrada do Ministério Público”, prevista no Plano Estratégico Nacional do Ministério Público.

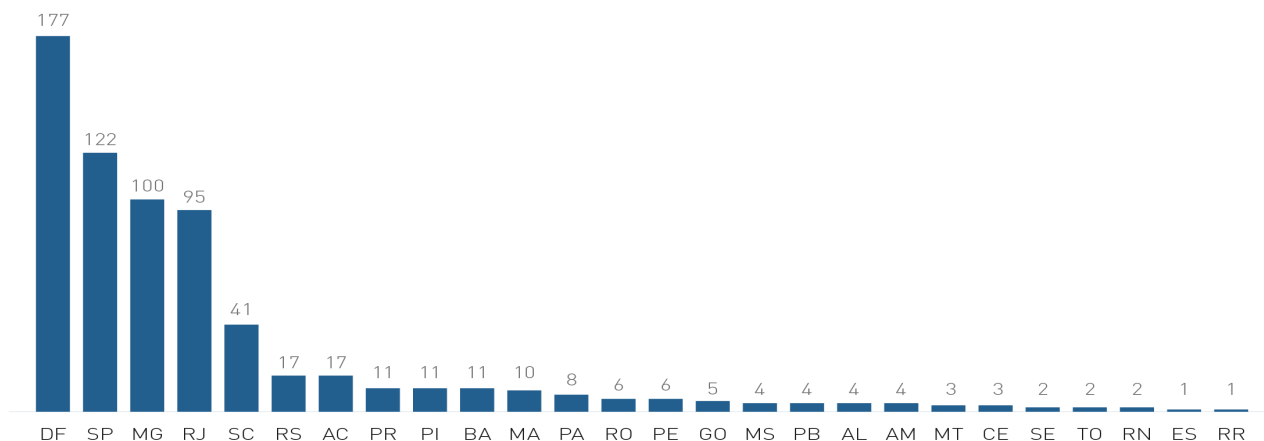
Segundo o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Ciotola Gussem, o cadastro cria um grande facilitador para integração dos Ministérios Públicos. Ele considera a área pericial fundamental e muito rica e que a troca de experiências vai tornar o trabalho mais efetivo e mais eficaz. "Cada região tem as suas especificidades e, certamente, através de um cadastro nacional de peritos, poderemos, com custo reduzido, nos valer da estrutura de cada segmento da federação para chegar a informações precisas sobre cada uma dessas localidades", disse.

A perita em antropologia Maria Fernanda Paranhos, que integra o MPF desde 1994, considera que o cadastro trará um grande ganho para a instituição e para os peritos. "O cadastro é uma ferramenta que disponibiliza para o MP brasileiro o conhecimento e a identidade do corpo pericial. Esse corpo pericial pode ser demandado por qualquer MP e teremos uma celeridade muito maior. Os membros do MP brasileiro poderão subsidiar suas ações com maior tranquilidade e celeridade, fortalecendo a atuação do MP brasileiro."

Peritos por MP



Peritos por UF



Peritos por Especialidade



Obs: Especialidades com 2 peritos - Arqueologia, Enfermagem, Engenharia Civil e de Trânsito, Fonoaudiologia, Geoprocessamento, Medicina - Clínica Geral, Medicina- Gineco-Obstetrícia, Tecnologia da Informação e Comunicação. Especialidades com 1 perito - Administração e Contabilidade, Administração Pública, Atuarial, Biblioteconomia, Computação Forense, Economia, Engenharia Cartográfica, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Minas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Farmácia, Fisioterapia, Gestão Hospitalar, Medicina - Cirurgia, Medicina - Cirurgia Geral, Medicina - Dermatologia, Medicina - Geriatria, Medicina - Otorrinolaringologia, Medicina - Pneumologia, Medicina - Urologia, Medicina - Veterinária, Medicina Legal e do Trabalho, Oceanografia, Odontologia - Saúde Pública, Tecnologia de Processamento de Dados.

Os desafios da Perícia do MPF

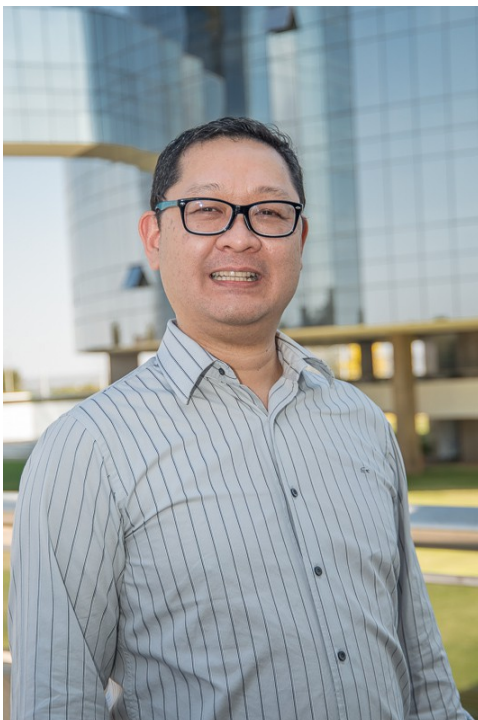
O vídeo, produzido mediante parceria da Ascoe, Secom e Seap, mostra que o trabalho dos peritos vai muito além da delimitação espacial de nossas unidades. Ao revelar casos concretos de dificuldades logísticas enfrentadas durante as atividades de campo, fica evidente, sobretudo, o preparo dos peritos na relação orgânica de apresentação do MPF no País. Além do altíssimo conhecimento técnico, atributos como proatividade, zelo, disposição para o trabalho, e respeito ao próximo são mandatórios já que, ao se deslocarem, a própria instituição se faz presente na pessoa desses profissionais!

Assista ao vídeo “Os Desafios da Perícia do MPF”



“A área administrativa ajuda a aperfeiçoar a prestação de apoio pericial aos membros do MPF”

Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR



O servidor Alexandre Yuriya Uraue foi o primeiro a integrar o corpo administrativo da Seap. Ele conta que era chefe da Assessoria Pericial da Procuradoria da República em São Paulo (PR/SP), quando, em 2015, foi convidado pela secretária de Apoio Pericial, Elizabeth Kobayashi, para compor a equipe de implantação da nova secretaria nacional. “Sou muito grato por ter tido a oportunidade de colaborar no trabalho de implantação da Seap, pois o suporte pericial é de extrema importância para a atuação dos membros do Ministério Público Federal. Na área administrativa, ele contribuiu para a definição dos processos de trabalho da Seap e na elaboração de normas internas, visando a padronização da atuação do corpo pericial. Hoje ele é chefe do Centro Regional de Perícia 1 e coordena 27 peritos, além de um Técnico Administrativo. O setor é sediado na

PR/SP e tem como integrantes a: PRR/3ª Região, PR/MG, PR/MS e respectivas PRM's. Veja a íntegra da entrevista.

Por que você foi atuar na Seap?

A minha atuação na Seap iniciou-se em abril de 2015, ainda na fase embrionária, de planejamento da implantação da Seap, baseado nos estudos realizados pela Price Waterhouse Company – PWC, fruto do Projeto de Modernização dos Gabinetes – MOGAB. Antes disso, fui chefe da Assessoria Pericial da Procuradoria da República em São Paulo, desde abril de 2013, até receber o convite para integrar a nova secretaria. Acredito que o trabalho desenvolvido nessa chefia tenha sido decisivo para me convidarem, pois realizei, na Assessoria Pericial da PR/SP, um trabalho de organização, regulamentação e padronização da atuação pericial, bem como de aperfeiçoamento do Sistema Pericial existente na PR/SP. Assim, parte desse modelo de organização, regulamentação e padronização foi “replicado” em escala nacional pela Seap.

Como foi o planejamento para a implantação da Seap?

A fase inicial foi muito difícil, pois não tínhamos informações de abrangência nacional sobre a atuação da perícia no MPF. Não havia sequer a informação da quantidade de peritos no MPF e suas áreas especializadas de atuação, e, menos ainda, o volume de demandas periciais atendidas pelo corpo pericial do MPF, pois não havia dado estatístico unificado sobre a produtividade pericial. Assim, partimos de poucas informações, sem ter ideia do tamanho que

seria a estrutura da Seap. Hoje, sabemos que o quadro funcional, incluindo servidores efetivos, contratados e requisitados, é de 145 peritos, distribuídos em 17 especialidades. Felizmente, o planejamento não se resumiu apenas a dificuldades, pois no ano de 2014, participei da implantação nacional do sistema informatizado de gestão de perícias. Realizando as adaptações necessárias para que o Sistema Pericial pudesse ser utilizado de forma nacional, uma vez que, até então, tinha sua utilização restrita à PR/SP. Assim, pudemos extrair algumas informações sobre a produtividade pericial nacional, no período de menos de 6 meses, para iniciar o planejamento da implantação da Seap.

Como evoluiu o suporte administrativo?

A evolução do suporte administrativo é constante e plenamente satisfatória. Os servidores que proporcionam o suporte administrativo aos peritos têm assimilado de forma exemplar as normatizações emanadas da Seap. O grande desafio são as peculiaridades de cada unidade e transformá-las em orientações uniformizadas. Tenho atuado como instrutor, tanto na forma presencial, quanto na forma de ensino a distância – EaD, no treinamento e orientação dos servidores do suporte administrativo percebo que a Seap, considerando a quantidade de peritos vinculados, possui um quadro administrativo funcional limitado, assim, as chefias e os servidores que fornecem esse suporte administrativo atuam exemplarmente, realizando um trabalho dedicado e competente.

Tem surtido efeito esse trabalho de divulgação da Seap?

Sim, os dados estatísticos mostram que em 2015 apenas 16% dos procuradores da República solicitavam perícia, em 2016 esse percentual subiu para 49,04% e até junho de 2017 o percentual foi de 41,01%.

Qual a importância do suporte administrativo para os peritos?

O suporte administrativo é de grande valia para que os peritos possam se dedicar ao apoio técnico às funções finalísticas do MPF, elaborando pareceres, relatórios e laudos técnicos. O controle administrativo também é primordial para o planejamento do quadro funcional, a médio prazo, na atuação da Seap. Antes da criação da Seap não havia nenhum controle centralizado de atuação do corpo pericial, não era possível fazer um planejamento seguro, analisando a produção efetiva desse corpo pericial. A criação da Seap possibilitou criarmos e centralizarmos mecanismos de rastreamento da atuação pericial, dessa forma, é possível saber quais tipos de demandas cada unidade solicita e os peritos que estão atendendo essas demandas, podendo ser da própria unidade ou de outra, neste caso, é possível, ainda, identificar o recurso público empregado nesses atendimentos, com diárias (peritos e técnicos de segurança e transporte), passagens aéreas ou transportes terrestres. Assim, extraindo os dados estatísticos de atuação da Seap, é possível identificar e priorizar a lotação de perito de determinada especialidade em uma das unidades do MPF, analisando, p. ex., se o gasto com o deslocamento recorrente de peritos de outras unidades justifica a lotação de um perito da especialidade na unidade.

Quais os principais desafios do setor administrativo?

O modelo administrativo implantado na Seap é inovador no MPF, pois a administração é centralizada na PGR, sede da Seap, e a atuação é regionalizada, por intermédio dos 6 (seis) Centros Regionais de Perícia. São diversos desafios, um deles pode ser mensurado em números, cito como exemplo o Centro Regional de Perícia 5, sediado na Procuradoria da República em Pernambuco, em que apenas um servidor, o Chefe Regional, coordena e administra a atuação da Seap nos estados de: Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. No total, considerando PRR, PR's e PRM's, são 45 unidades do MPF. É grande a dificuldade em chefiar servidores lotados em outras unidades, pois as atividades, muitas vezes, esbarram nas limitações dos sistemas existentes no MPF, sem o preparo para o modelo de gerenciamento implantado

pela Seap. Outro desafio do setor administrativo, considerado o pouco tempo de implantação da Seap, é buscar um equilíbrio para que os peritos tenham a máxima produtividade, sem comprometerem as obrigações administrativas. Antes da criação da Seap, a atuação dos peritos era heterogênea, adaptando-se às necessidades da unidade do MPF de lotação, e eles não tinham obrigações administrativas, como alimentar o sistema Único. Tornou-se, assim, um desafio conscientizar os peritos, quanto à necessidade dos controles administrativos e, ainda, dar treinamento adequado para a utilização dos sistemas informatizados do MPF. É um desafio, também, definir os processos de atuação administrativa na área de perícia, considerando que temos 17 especialidades, cada uma com as suas peculiaridades, refletindo nas necessidades administrativas. Assim, torna-se um desafio à Seap padronizar e normatizar as orientações administrativas.

Qual a importância do seu trabalho para a atuação do MPF?

Acredito que o meu trabalho impacta diretamente no desempenho da atuação do corpo pericial e, conseqüentemente, no apoio aos Membros do MPF, nas diversas áreas do conhecimento científico, propiciando, assim, o pleno desempenho das atribuições constitucionais do Ministério Público, na defesa da ordem jurídica, do Estado Democrático de Direito, na defesa de direitos sociais como: educação, saúde, assistência aos desamparados, etc.

Na sua avaliação, qual a importância do trabalho da Seap para a sociedade?

A Seap em conjunto com as Câmaras de Coordenação e Revisão tem trabalhado na identificação de questões sociais, ambientais e culturais de relevância que necessitam da atuação do Ministério Público Federal, designando peritos para a realização de estudos técnicos que possam balizar a atuação do MPF. Portanto, acredito que a tendência da Seap é desenvolver um trabalho de inteligência, coordenando trabalhos do corpo pericial visando atuar de forma preventiva, mitigando, dessa forma, os efeitos de condutas danosas à sociedade.

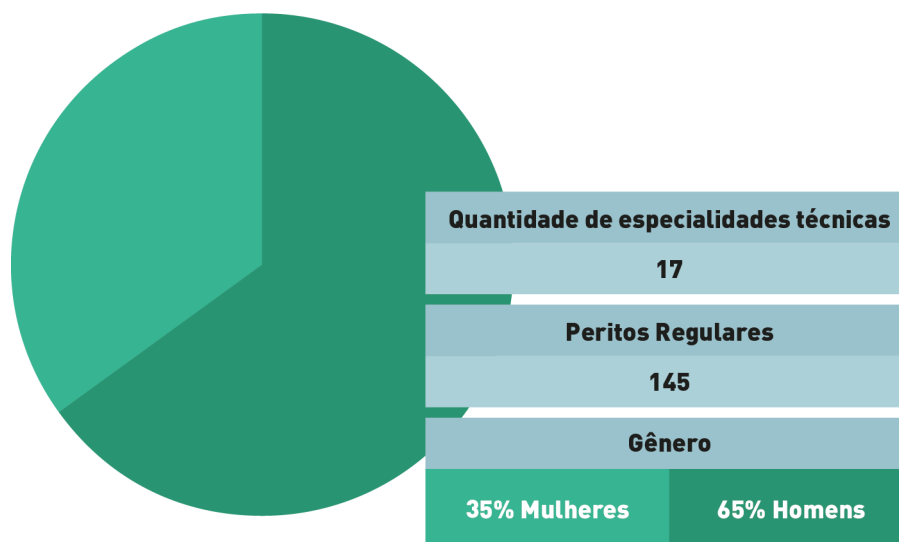


Equipe de Apoio Administrativo da Seap (Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR)

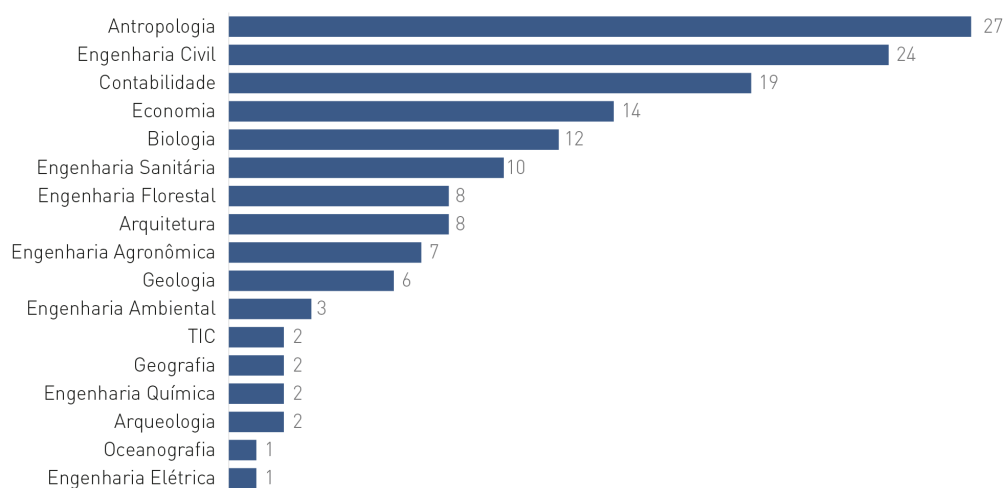
Estatísticas da Seap

Os dados a seguir têm por finalidade a prestação de contas da Secretaria de Apoio Pericial, a transparência do trabalho de seus peritos, e a promoção do conhecimento a todos os servidores e membros do MPF a respeito da Secretaria.

Quantidade de especialidades técnicas



Peritos regulares por especialidade





Quantidade de peritos capacitados

2015	2016	2017*
109	127	90

*Dados referentes até 10 de agosto de 2017



Quantidade de viagens realizadas

2016	2017*
491	393

*Dados até julho de 2017



Quantidade de municípios onde foram realizadas perícias

2016	2017*
236	179

*Dados consultados em 10 de agosto de 2017



Quantidade de produtos periciais produzidos

2015	2016	2017*
3.153	3.531	2.077

*Dados até 10 de agosto de 2017



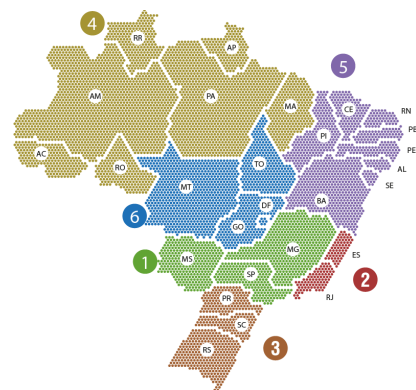
Quantidade de demandas prioritárias

2016	2017*
337	248

*Dados até Julho de 2017

Demandas Periciais Solicitadas e Entregues

A Seap está estruturada em seis Centros Regionais de Perícia- CRP: São Paulo (CRP1); Rio de Janeiro (CRP2); Rio Grande do Sul (CRP3); Pará (CRP4); Pernambuco (CRP5) e Brasília (CRP6), onde está centralizada a administração da Seap, conforme mapa ao lado. Abaixo, quantidade de demandas solicitadas em todo o ano de 2016 e até 30/6/2017 aos peritos da Seap.



Total de perícias solicitadas*

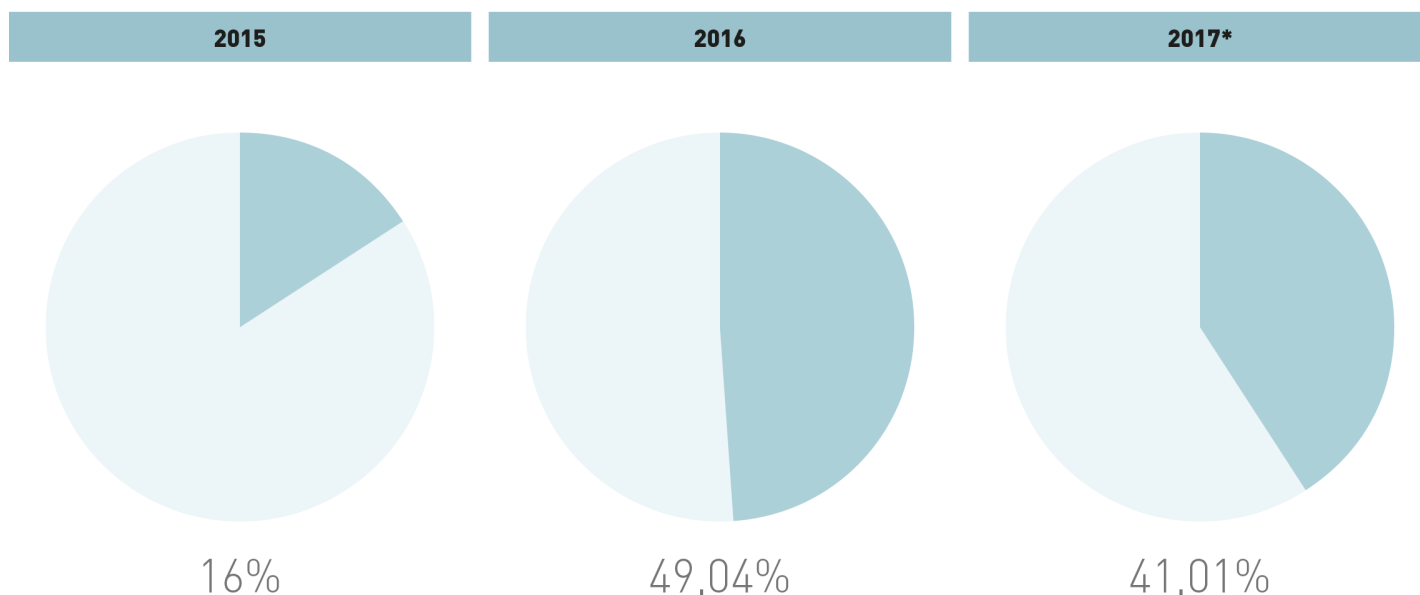
Centro Regional de Perícia 1	Centro Regional de Perícia 2	Centro Regional de Perícia 3	Centro Regional de Perícia 4	Centro Regional de Perícia 5	Centro Regional de Perícia 6
332	133	474	218	365	289

Total de perícias entregues*

Centro Regional de Perícia 1	Centro Regional de Perícia 2	Centro Regional de Perícia 3	Centro Regional de Perícia 4	Centro Regional de Perícia 5	Centro Regional de Perícia 6
189	52	360	102	198	778

*Dados referentes ao 1º semestre de 2017

Percentual de Membros que Solicitaram Perícia



*Dados até junho de 2017

Boletim Seap – Assessoria Temática Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Contato: pgr-pericial@mpf.mp.br / Telefone: (61) 3105-5578